

PeloBrasil

MATO GROSSO DO SUL

Sem-terra tomam área e dizem que não saem

Um grupo de 300 sem-terra ligados à Federação da Agricultura Familiar invadiu ontem a Fazenda Piquenique, em Amambai. O líder José Lino disse que a área não será desocupada, pois já deveria ter sido transformada em assentamento pelo Incra no ano passado. O Incra, contudo, alega que há pendência judicial na 1.ª Vara de Ponta Porã.

MINAS

Aécio reduz jornada de 16 mil servidores

O governador de Minas, Aécio Neves (PSDB), assinou decreto que reduz de oito para seis horas a jornada diária dos servidores efetivos do novo centro administrativo do Estado. A Cidade Administrativa será inaugurada no dia 4, quando se comemora o centenário de Tancredo Neves, avô de Aécio. A medida pode beneficiar 16.322 servidores, sem corte de salário.

TOCANTINS

Gaguim vai ao MDA por regularização de terras

O governador do Tocantins, Carlos Gaguim (PMDB), comemorou ontem a parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no valor de R\$ 4 milhões para realizar vistoria, georreferenciamento e emissão de títulos em terras devolutas do Estado. A partir da assinatura do convênio, em março, 490 mil hectares de 22 municípios serão regularizados.



MISSÃO – Governador quer títulos para terras devolutas do Tocantins

SÃO PAULO

Ex-prefeito flagrado em vídeo é condenado

A Justiça condenou o ex-presidente da Câmara de Fernandópolis (SP) Warley Campanha de Araújo (DEM) a seis anos e oito meses de prisão, em regime semiaberto, por concussão. Ele foi filmado extorquindo dinheiro do advogado da Câmara, Ricardo Franco de Almeida. Araújo, que foi cassado após a denúncia, tem oito dias para recorrer.

JUDICIÁRIO

# Conselho Nacional de Justiça afasta dez juízes de MT

Três desembargadores e 7 magistrados de primeiro grau são aposentados compulsoriamente

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) puniu ontem com aposentadoria compulsória a bem do serviço público dez magistrados – três desembargadores e sete juízes de primeiro grau – do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT) envolvidos em suposto desvio de R\$ 1,4 milhão que teriam sido destinados para a Loja Maçônica Grande Oriente do Estado. A decisão foi tomada por unanimidade, em sessão plenária.

A Lei Orgânica da Magistratura, editada no regime militar, prevê como “sanção mais severa” para juiz a aposentadoria sumária – o magistrado perde a toga, mas continua recebendo contracheque proporcional ao tempo de serviço prestado.

O CNJ determinou que cópias do processo sejam encaminhadas ao Ministério Público para ação visando à devolução do dinheiro ao Tesouro e eventual denúncia criminal. “Aque-

les que tiveram participação no esquema poderão até ter cassada a aposentadoria em processo de perda de cargo”, declarou o ministro Ives Gandra Martins da Silva Filho, conselheiro e relator do processo disciplinar.

“Aposentadoria compulsória é penalidade administrativa, não quer dizer que a punição pare por aí”, destacou Mozart Valadares, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Para Ophir Cavalcanti, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), “a aplicação da aposentadoria seria uma espécie de benefício, ao invés de punição”.

A defesa estuda ingressar com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a sentença.

Entre os punidos estão três desembargadores: o presidente do TJ-MT, Mariano Travassos, o ex-presidente José Ferreira Leite e José Tadeu Cury. Se-

NÚMEROS
<b>R\$ 4,5 milhões</b> Foram pagos a título de atrasados
<b>R\$ 1,4 milhão</b> Migraram para a Loja Maçônica
<b>R\$ 1,2 milhão</b> Ficaram com o desembargador Ferreira Leite
<b>R\$ 906 mil</b> Foi quanto recebeu o atual presidente do TJ, Mariano Travassos

te condenados são da primeira instância: Marcelo Barros, Horácio da Silva Neto, Irênio Fernandes, Marcos Aurélio Ferreira, Juanita Cruz Clait Duarte, Graciema de Caravellas e Maria Cristina Simões. “Estamos

discutindo a dignidade, o decoro e a honra no exercício da magistratura”, disse o relator.

A título de atrasados, o tribunal pagou R\$ 4,5 milhões, dos quais R\$ 1,4 milhão teriam migrado para a maçonaria. Ferreira Leite foi o que mais recebeu – R\$ 1,2 milhão. O presidente do TJ-MT, Mariano Travassos, recebeu R\$ 906 mil e o então juiz auxiliar da presidência, Tadeu Cury, que definia os pagamentos, ficou com R\$ 757 mil.

O CNJ sustenta que o dinheiro foi usado para cobrir prejuízos com a quebra de uma cooperativa de crédito criada por maçons, de 2003 a 2005.

O ex-corregedor geral, desembargador Orlando Perri, autor das denúncias, será investigado. Ele teria agido motivado por perseguição política por não ter sido atendido em solicitação para empregar a namorada na corte, além de manter em cargo de confiança a ex-compa-

nheira e ter adulterado documentos a fim de prejudicar investigados.

Travassos declarou que o julgamento “fugiu aos limites jurídicos para assumir condenável contorno político, vitimando o direito, a justiça e atingindo de forma irreparável a instituição judiciária de Mato Grosso”. Afirmou “sua inocência” e anotou que não faz parte da maçonaria.

“É um equívoco do CNJ”, protesta Barros. “Transformaram recebimento de valores lícitos do TJ e empréstimos entre amigos em desvio de recursos públicos para atender a maçonaria. O desembargador Perri nos acusou indevidamente. Ele mesmo recebeu mais de R\$ 2 milhões, o que mais recebeu.”

Perri não respondeu às quatro chamadas do **Estado**. ● **FAUSTO MACEDO e FÁTIMA LESSA, ESPECIAL PARA O ESTADO**

GOVERNO

# Vannuchi duvida de crise militar

Titular da Secretaria de Direitos Humanos critica Nelson Jobim

Roldão Arruda

Em palestra proferida em São Paulo, o ministro Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) criticou o titular da pasta da Defesa, Nelson Jobim, epôs em dúvida a crise militar ocorrida em dezembro, com a ameaça de demissão dos chefes das Forças Armadas, que teriam manifestado descontentamento com o Programa Nacional de Direitos Humanos. “Tenho dúvida se as cartas de demissão existiram ou não”, afirmou. “Foram os militares que pressionaram Jobim? Ou foi ele que pressionou os militares para se solidarizarem com ele?”

A crise militar levou o presidente Lula a rever itens do programa que havia aprovado dias antes. Na ocasião, Vannuchi, abatido e sem contar com nenhuma manifestação de apoio oficial do Palácio do Planalto, chegou a acenar com um pedido de demissão. Na segunda-feira, porém, se mostrou animado e comemorou o fato de o 4º Congresso do PT, realizado no fim de semana, ter aprovado por unanimidade uma moção de apoio às suas ações à frente da Secretaria de Direitos Humanos.

Além do ministro da Defesa, ele criticou setores da Igreja Católica que atacaram o programa: “Essa não é a igreja de d. Paulo Evaristo Arns e de d. Pedro Casaldáliga. Ela é muito parecida com a Igreja de 1964 (que apoiou o golpe militar).”

Vannuchi apresentou um his-

tórico de suas divergências com Jobim. Disse que começaram a se agravar em abril do ano passado, quando o ministro da Defesa, sem consultá-lo, criou uma comissão militar para realizar as buscas de corpos de mortos e desaparecidos na região da Guerrilha do Araguaia, ocorrida no início dos anos 70.

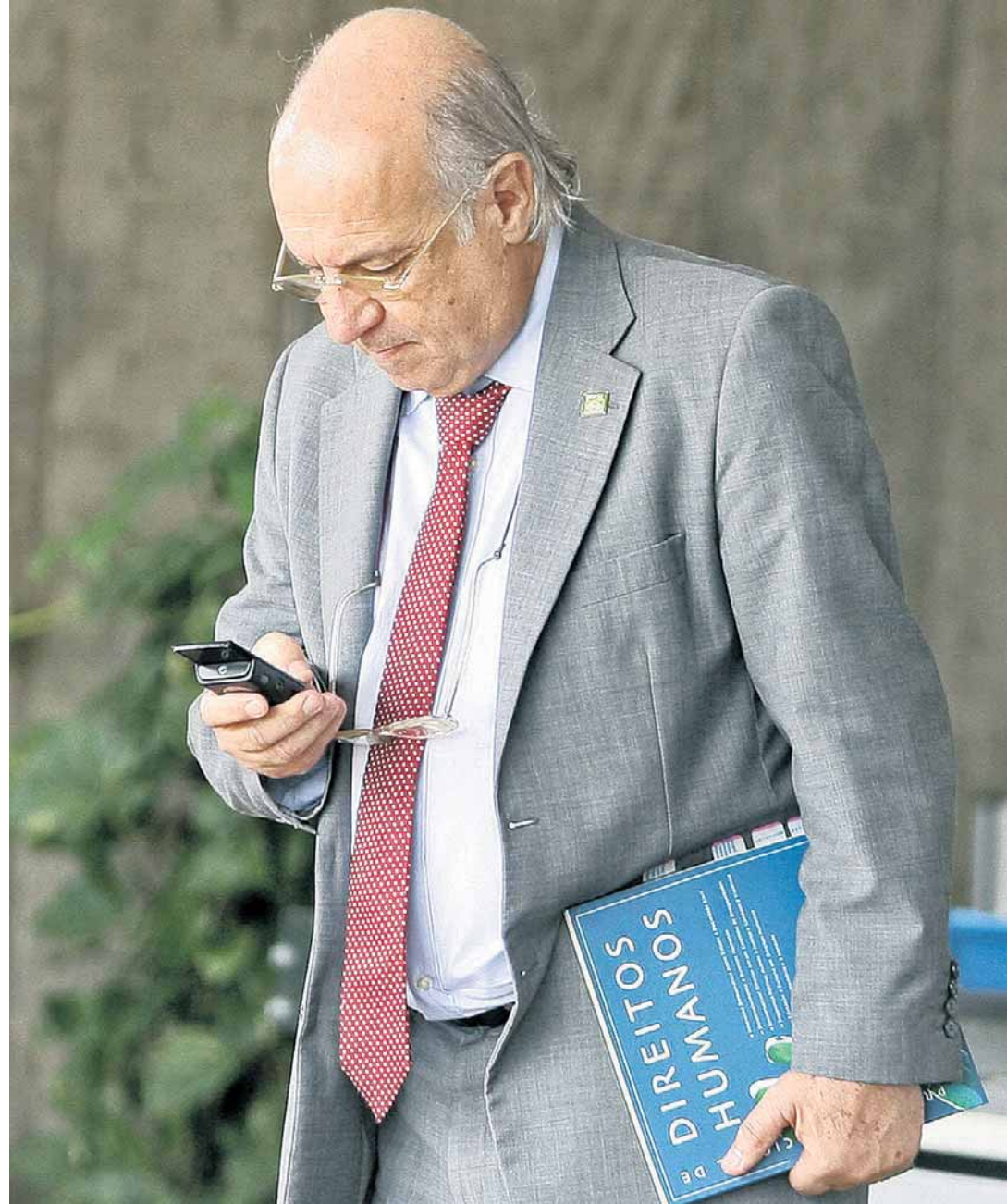
Vannuchi protestou imediatamente, dizendo que se tratava de uma responsabilidade de sua pasta e que a comissão não podia ser constituída sem a presença de familiares dos mortos. “Disse a ele que não podia fazer aquilo, que o presidente havia me dado mandato para fazer”, contou.

A disputa teve de ser arbitrada pelo presidente Lula e pela Casa Civil. No fim, Jobim criou um grupo de observação, com a presença de familiares.

No caso do Programa Nacional de Direitos Humanos, Vannuchi lembrou que a principal divergência foi em torno da Comissão da Verdade – destinada a levantar informações e apurar responsabilidades por crimes de violações de direitos humanos ocorridas na ditadura.

Jobim teria batido pé, até as vésperas do lançamento do programa, para que o texto evitasse a expressão “no contexto da repressão política”. Falando em nome da cúpula militar, o ministro da Defesa preferia “conflitos políticos” – o que significava que havia grupos divergentes em disputa.

Lula tentou intermediar. Em



FARPAS – ‘Essa não é a Igreja de d. Paulo Evaristo Arns. É muito parecida com a de 1964’, diz Vannuchi

FRASES
<b>Paulo Vannuchi</b> <b>Ministro</b> “Tenho dúvida se as cartas de demissão existiram ou não. Foram os militares que pressionaram Jobim? Ou foi ele que pressionou os militares para se solidarizarem com ele?”
“Ainda não sabemos qual a transição que as Forças Armadas fizeram para o pensamento democrático constitucional”

Copenhague, onde participava da conferência mundial sobre clima chegou a pedir ao chefe de gabinete, Gilberto Carvalho, que ligasse para Vannuchi. “Eu disse que não dava mais tempo, porque o programa já estava na gráfica, assinado por todo mundo. E eu tenho dúvidas se deveria entrar ‘conflitos políticos’, porque isso poderia criar complicação para a Dilma e o Franklin Martins (ministros que participaram da luta armada), porque poderiam ir depor ao lado do Ustra.” Vannuchi se referia ao coro-

nel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que comandou a repressão política em São Paulo, entre 1971 e 1974, e é acusado por crimes de tortura e morte de opositores do regime. “Nós não podemos cometer uma estupidez dessas.”

Vannuchi também disse que o País precisa conhecer melhor o pensamento das Forças Armadas: “Ainda não sabemos qual a transição que as Forças Armadas fizeram, ou não, para o pensamento democrático constitucional.” ●

DEFESA

# Brasil ainda não escolheu novo caça, diz Jobim nos EUA

**Gustavo Chacra**  
ENVIADO ESPECIAL  
WASHINGTON

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, disse ontem ao secretário da Defesa dos Estados Unidos, Robert Gates, que o governo brasileiro ainda não definiu de quem comprará os novos caças da Força Aérea Brasileira (FAB), indicando que existe a possibilidade de o escolhido ser o F-18, da americana Boeing. A afirmação foi dada durante encontro ocorrido em Washington, horas antes de o ministro embarcar para Cuba.

A favorita na disputa, no entanto, ainda é a francesa Dassault, fabricante do Rafale, que conta com o apoio declarado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O presidente chegou a dizer, durante visita ao Brasil do presidente francês, Nicolas Sarkozy, que a disputa já estaria definida.

A declaração incomodou os demais concorrentes – além da Boeing, participa da disputa a sueca Saab, com o caça Gripen NG – e o Ministério da Defesa teve de recuar, informando que não havia definição. Mesmo assim, as informações de bastidor continuaram indicando que o avião escolhido será o Rafale.

A definição deve sair em um mês, disse Jobim, sabendo das críticas feitas ao governo pela demora na decisão. “Como percebi que ele estava constrangido, decidi abordar o assunto. Disse que estamos em processo de análise para definir de quem compraremos. Terei 20 dias para estudar as propostas e enviar para o presidente o meu parecer. Em seguida, ele consultará o Conselho de Segurança Nacional antes de tomar uma decisão”, disse o ministro.

Jobim frisou que a transferência de tecnologia será decisiva. “Os EUA disseram que pretendem fazer transferências relevantes com a tecnologia necessária. Como sou jurista, gosto de entender o que seriam estes adjetivos”, afirmou, ironizando a suposta falta de clareza na proposta americana. Na entrevista, o ministro ressaltou que Lula pode ter “predileção política” pela França, mas frisou que a decisão será técnica. ●

IMPRENSA

# ‘Estado’ está sob censura há 208 dias

Quase cinco meses após a decisão judicial pela censura, o empresário Fernando Sarney entrou com pedido de desistência da ação contra o **Estado**. Mas o jornal não aceitou o arquivamento do caso.

No dia 29 de janeiro, o advogado Manuel Alceu Affonso Ferreira apresentou ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJ-DF) manifestação em que sustenta a preferência do jornal pelo prosseguimento da ação, para que o mérito seja julgado.

Desde 31 de julho do ano passado, o **Estado** está impedido pelo TJ-DF de publicar notícias relativas à investigação da Polícia Federal sobre a atuação do empresário, filho do senador José Sarney (PMDB-AP). ●